liinc EM REVISTA

ARTIGO/ARTICLE

Autoridade cognitiva, desinformação e hesitação vacinal: práticas informacionais em ambientes digitais

Cognitive authority, disinformation and vaccine hesitancy: information practices in digital environments

Carolina Costa Gonzaga
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Carlos Alberto Ávila Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Correspondência para/Correspondence to
Carolina Costa Gonzaga - carolinacgonzaga@gmail.com

Periódico / Journal
ISSN 1808-3536
@liinc-emrevista
https://revista.ibict.br/liinc/index

Editores / Editors
Marco Schneider
Gustavo Saldanha
Fábio Gouveia

Fluxo editorial / Editorial process
Editores do Artigo / Article Editors
Ania R. Hernández – Gustavo Buquet
Gustavo Saldanha – Yohanka León Del Rio

Cronologia / Timeline
Recebido / Received: 10/11/2025
Aprovado / Approved: 08/01/2026
Publicado / Published: 05/02/2025

Como citar / How to cite: GONZANGA, Carolina Costa; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Autoridade cognitiva, desinformação e hesitação vacinal: práticas informacionais em ambientes digitais. *In*: *Liinc em Revista*, v. 21, n. 02, e7782. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7782. Acesso em: 04 mar. 2026.

Atribuição 4.0 Internacional
Attribution 4.0 International

[1] A Liinc em Revista teve o apoio da **FAPERJ** para a publicação deste artigo.

RESUMO: A disseminação de desinformação em ambientes digitais constitui um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública e para a Ciência da Informação. Este artigo investiga como sujeitos que hesitam em vacinar-se constroem confiança em fontes de informação sobre vacinas, analisando práticas informacionais em contextos institucionais, digitais e relacionais. O estudo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com participantes residentes nos Estados Unidos. A análise seguiu a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), permitindo identificar categorias relacionadas à autoridade cognitiva, à influência das emoções, à triangulação de fontes e à contradição entre confiança declarada e práticas efetivas. Os resultados evidenciam que a confiança é socialmente construída e modulada por fatores cognitivos, afetivos e algorítmicos, em um regime informacional marcado pela lógica da pós-verdade. Conclui-se que estratégias de enfrentamento da desinformação exigem não apenas comunicação científica clara, mas também o reconhecimento do papel dos vieses cognitivos, das dinâmicas sociais de validação e das estruturas digitais de visibilidade.

Palavras-chave: autoridade cognitiva; desinformação; hesitação vacinal; práticas informacionais; pós-verdade.

ABSTRACT: The dissemination of misinformation in digital environments constitutes one of the major contemporary challenges for public health and Information Science. This article investigates how vaccine-hesitant subjects construct trust in information sources about vaccines, analyzing informational practices across institutional, digital, and relational contexts. The study was based on semi-structured interviews with participants residing in the United States. Data analysis followed Bardin's (1977) Content Analysis technique, allowing for the identification of categories related to cognitive authority, the influence of emotions, source triangulation, and the contradiction between declared trust and practice. The results show that trust is socially constructed and modulated by cognitive, affective, and algorithmic factors within an informational regime shaped by the logic of post-truth. The study concludes that strategies to address misinformation require not only clear scientific communication, but also recognition of the role of cognitive biases, social dynamics of validation, and digital structures of visibility.

Keywords: cognitive authority; misinformation; vaccine hesitancy; informational practices; post-truth.

INTRODUÇÃO

A disseminação de informações falsas e a propagação da desinformação representam desafios significativos na sociedade contemporânea. Com o avanço da era digital e a proliferação das redes sociais, tornou-se cada vez mais fácil para difundir conteúdos enganosos ou distorcidos em largas escalas. Esse fenômeno, que se intensificou nos últimos anos, tem sido denominado infodemia e se refere à rápida circulação de informações incorretas, que muitas vezes obscurecem fatos objetivos e prejudicam a compreensão pública (Araújo, 2024).

Um exemplo claro desse cenário é a queda na cobertura vacinal observada em diversos países, associada à crescente desconfiança em relação às vacinas e à influência de figuras públicas que se posicionam contra a imunização. As redes sociais, já consolidadas como fontes primárias de informação, têm-se configurado como ambientes férteis para a propagação de conteúdos antivacina, o que tem fortalecido discursos baseados em desinformação e criado barreiras à adesão vacinal (Organização Mundial da Saúde, 2019; Larson *et al.*, 2014; Betsch *et al.*, 2018)

Nesse espaço digital, influenciadores sem formação na área de conhecimento sobre a qual produzem conteúdos, ou sem comprometimento com a qualidade da informação, passam a apresentar-se como especialistas e a compartilhar discursos tendenciosos que mobilizam medos e emoções. Esses conteúdos são frequentemente estruturados de forma a convencer o público de que as vacinas representam riscos à saúde. Ao adotar tais estratégias, esses influenciadores acabam constituindo-se como autoridades para seus seguidores, ainda que não possuam legitimidade científica, uma vez que sua credibilidade é construída por meio da capacidade de comunicar mensagens de maneira persuasiva e alinhada às crenças e valores previamente compartilhados com seu público (Betsch *et al.*, 2018; Wilson, 1983).

A consolidação desse cenário está diretamente ligada às dinâmicas contemporâneas de circulação da informação. A credibilidade não depende apenas da veracidade do conteúdo, mas também das condições que possibilitam sua visibilidade e permanência em ambientes digitais. A lógica de engajamento das plataformas privilegia a popularidade em detrimento da precisão, favorecendo a disseminação de conteúdos que reforçam crenças já estabelecidas (Bezerra, 2024). Com isso, a desinformação deixa de ser apenas um erro factual e passa a integrar um processo mais amplo, em que a informação de qualidade perde espaço diante de narrativas emocionais, frequentemente disfarçadas de conhecimento legítimo.

Esse processo revela ainda o papel central dos vieses cognitivos. Em muitos casos, a legitimidade atribuída a uma informação está mais associada à sua capacidade de confirmar convicções pré-existentes do que ao seu alinhamento com a ciência (Gonzaga, 2023). O resultado é a formação de ambientes de reforço mútuo, em que experiências pessoais e testemunhos circulam como provas incontestáveis, enquanto evidências científicas são relativizadas ou rejeitadas.

Nesse contexto, torna-se urgente compreender como os sujeitos que hesitam em se vacinar atribuem confiança às fontes de informação, quais critérios mobilizam para validar conteúdos e de que maneira emoções, algoritmos e dinâmicas das redes sociais influenciam seus processos de tomada de decisão. Em síntese, trata-se de compreender de que modo as práticas informacionais em ambientes digitais moldam suas percepções sobre as vacinas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo, optou-se pelo uso do termo sujeitos em detrimento de indivíduos ou usuários, por se compreender que esses atores atuam como atores sociais, exercendo um papel ativo ao interpelar, construir, demandar e articular estruturas socioinformativas para agir na conjuntura social em que estão inseridos. Nessa perspectiva, os sujeitos informacionais, portadores de necessidades reais de informação, individuais ou coletivas, constituem parte fundamental tanto da estrutura social quanto dos processos de transformação social (Tanus; Berti, 2022). Assim, o ser humano, compreendido como um ser social localizado enquanto "sujeito informacional", não se encontra dissociado de sua dimensão humana e social, atuando por meio de práticas informacionais.

Para a construção deste referencial teórico, foi realizada pesquisa bibliográfica, com consulta às bases SciELO, LILACS/BVS, BRAPCI e *Google Scholar* Brasil. Utilizaram-se como descritores os termos "hesitação vacinal", "desinformação", "fake news", "redes sociais", "confiança", "credibilidade" e "autoridade cognitiva", o que resultou na seleção de 25 artigos que articulam especificidades da circulação informacional no contexto nacional.

O conjunto dessas referências evidencia que a contemporaneidade é marcada por transformações estruturais nas ecologias informacionais, caracterizadas pela intensificação da desinformação, pela reconfiguração das redes sociais como infraestruturas centrais de mediação, pela erosão da confiança institucional e pelo crescimento da hesitação vacinal. Esses elementos não operam de forma isolada; ao contrário, compõem um circuito sociotécnico interdependente, no qual a desinformação encontra terreno fértil em plataformas digitais que privilegiam conteúdos emocionalmente marcantes, a confiança em instituições científicas e políticas é simultaneamente corroída e redistribuída, e a hesitação vacinal emerge como uma resposta informacional situada em um ambiente de disputa epistêmica.

A Organização Mundial da Saúde, por meio do *SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy*, define a hesitação vacinal como a demora ou a recusa em aceitar vacinas recomendadas, mesmo quando disponíveis nos serviços de saúde (OMS, 2014). Neste estudo, adota-se esse conceito em seu sentido estrito, investigando-se sujeitos que possuíam acesso pleno às vacinas, ou seja, sem barreiras logísticas ou financeiras, mas que optaram por não se vacinar, adiaram deliberadamente a imunização ou vacinaram-se apenas sob coerção institucional, como exigências para retorno ao trabalho presencial, obtenção de emprego, matrícula de filhos em instituições de ensino, viagens ou acesso a serviços públicos.

Trata-se, portanto, de um problema informacional, cognitivo, cultural e afetivo, e não de acesso. Essa definição permite compreender a hesitação vacinal como recusa ativa ou adesão forçada, fenômeno profundamente influenciado pela desinformação em ambientes digitais.

Esse fenômeno articula práticas informacionais, vieses cognitivos, pós-verdade e desinformação (Gonzaga, 2023) e pode ser diretamente relacionado às contribuições de Wilson (1983, 1997, 2016), segundo as quais os indivíduos não verificam diretamente toda a informação que recebem; ao contrário, dependem de fontes percebidas como confiáveis — o que o autor denomina autoridade cognitiva. Essa autoridade pode assumir formas formais e institucionais, como médicos e órgãos de saúde, ou ser socialmente construída, como no caso de influenciadores digitais, pares e comunidades.

Desse modo, a autoridade cognitiva não constitui um atributo fixo da fonte, mas resulta de processos sociais de reconhecimento e legitimação.

Em uma revisão sistemática recente sobre o conceito de autoridade cognitiva, Hirvonen *et al.* (2025) analisaram 40 artigos publicados nos 25 anos anteriores, todos fundamentados na discussão seminal de Wilson (1983). Os autores identificaram quatro linhas principais — por vezes paralelas e sobrepostas — que atravessam essa literatura: (1) abordagens que tratam a autoridade cognitiva como um indicador objetivo da qualidade da fonte; (2) abordagens que a compreendem como uma construção discursiva; (3) estudos que a situam em mecanismos e contextos sociais; e (4) pesquisas que a relacionam à legitimidade institucional da ciência ou das profissões. Entre essas linhas, o terceiro eixo — a autoridade cognitiva situada em mecanismos e contextos sociais — mostra-se o mais relevante para este estudo, pois abrange investigações que analisam como a autoridade é estabelecida e negociada entre atores sociais. O presente artigo se insere nesse campo, mas desloca o foco das autoridades em si para os critérios utilizados pelos sujeitos ao atribuírem autoridade a outrem, especialmente em ambientes digitais marcados por dinâmicas de desinformação e hesitação vacinal.

Em sua obra fundadora, Wilson (1983) argumenta que as pessoas constroem conhecimento de duas formas: (1) a partir de experiências diretas e (2) por meio de informações obtidas indiretamente de outras pessoas ou fontes. O autor enfatiza que os indivíduos não aceitam automaticamente todas as informações que recebem, mas as julgam conforme a autoridade cognitiva percebida. Para Wilson, a autoridade cognitiva consiste na "influência sobre o pensamento que se reconhece conscientemente como legítima" (1983, p. 15). Pessoas, fontes de informação e instituições podem deter autoridade cognitiva, mas essa autoridade é sempre relativa ao contexto e limitada ao domínio da competência.

Um pesquisador especializado em vacinas, por exemplo, pode ser reconhecido como autoridade em temas relacionados à segurança e à eficácia vacinal, mas não em áreas como arquitetura. Wilson destaca ainda que a autoridade cognitiva é socialmente construída e dependente de contextos culturais e valorativos: o mesmo pesquisador pode ser percebido como fonte legítima por grupos que valorizam a vacinação como bem social, enquanto, em comunidades antivacina, pode ser visto como propagador de desinformação. Assim, a atribuição de autoridade cognitiva depende das crenças, experiências e valores compartilhados entre os sujeitos, e não apenas da legitimidade formal da fonte.

Esse entendimento é central para a compreensão das práticas informacionais em ambientes digitais. Membros de grupos antivacina, por exemplo, buscam e compartilham informações sobre segurança e efeitos adversos das vacinas recorrendo a um amplo espectro de fontes — de especialistas e médicos alternativos a influenciadores e pares —, construindo coletivamente regimes próprios de validação e confiança.

Bezerra (2024) argumenta que essa dinâmica se desenvolve no interior de um regime informacional estruturado por algoritmos, no qual a lógica algorítmica das plataformas reforça vieses cognitivos e potencializa a circulação de desinformação ao priorizar conteúdos altamente engajadores. Em nível micro, Gonzaga (2023) evidencia como grupos digitais, como os formados no *Telegram*, se configuram como espaços de validação social, nos quais os usuários atribuem autoridade cognitiva a figuras políticas, médicos negacionistas ou influenciadores, reforçando, assim, o viés de confirmação.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7782 dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7782

Nesse quadro mais amplo, Araújo (2024) descreve a atualidade como uma era marcada pela infodemia e pela pós-verdade. O Oxford Dictionaries (2016) define *post-truth* como circunstâncias nas quais "fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos emocionais e crenças pessoais". Essa definição evidencia que a credibilidade da informação passa a depender não apenas de sua veracidade factual, mas também de sua ressonância emocional e simbólica junto aos sujeitos.

Autores clássicos reforçam essas interpretações: Belkin (1980) discute os estados anômalos de conhecimento que motivam a busca informacional; Kuhlthau (1991, 1993) destaca o papel das emoções nesse processo; Chatman (1996, 1999) apresenta o conceito de "vida em círculo", que explica o fechamento de comunidades em universos informacionais próprios; Rieh (2002) demonstra que a confiança é critério central na avaliação da qualidade da informação; e Savolainen (1995) insere a busca informacional no cotidiano dos sujeitos.

Esse referencial integrado permite compreender como a confiança nas fontes de informação sobre vacinas é construída de maneira socialmente, afetivamente e tecnologicamente mediada, bem como de que modo as estruturas digitais e algorítmicas moldam as percepções de autoridade e confiabilidade nos ambientes informacionais contemporâneos.

METODOLOGIA

O estudo contou com nove participantes, todos residentes nos Estados Unidos, que hesitaram em se vacinar contra a COVID, recrutados por meio de um grupo do *Facebook* dessa temática. O projeto, bem como todo o roteiro de entrevistas, foi aprovado pelo comitê de ética da universidade à qual o estudo estava vinculado. Como forma de agradecimento pela disponibilidade dos participantes, cada entrevistado recebeu um *gift card* digital no valor de vinte dólares. Todas as entrevistas foram transcritas integralmente, anonimizadas e codificadas com a identificação E1–E9.

As entrevistas, de caráter semiestruturado, abordaram os seguintes temas: concepções e modo de vida; fontes e plataformas de informação sobre vacinas; interações e validação social; dissonâncias e hierarquia de fontes; critérios de confiança; e experiências pessoais. Elas foram realizadas em janeiro de 2025, por videoconferência via *Zoom*, com duração média de quarenta minutos, sendo gravadas em áudio mediante consentimento livre e esclarecido.

A análise dos dados seguiu as etapas propostas por Bardin (1977), em um processo contínuo e iterativo: a fase de pré-análise envolveu a leitura flutuante e a delimitação do corpus, seguida pela exploração do material, na qual as falas foram codificadas e organizadas em categorias temáticas articuladas à teoria da autoridade cognitiva de Wilson (1983). Na etapa de tratamento e interpretação, foram elaboradas inferências e reflexões voltadas para a compreensão de como os participantes constroem confiança — ou desconfiança — em relação às diferentes fontes de informação sobre vacinas.

RESULTADOS

A análise dos dados revelou seis categorias centrais que expressam os modos pelos quais os participantes constroem confiança e desconfiança em relação às fontes de informação sobre vacinas. De modo geral, observou-se uma forte dependência de fontes percebidas como legítimas, especialmente instituições oficiais, profissionais de saúde e veículos de imprensa. Contudo, essa confiança cognitiva não se traduz necessariamente em adesão às recomendações emitidas por essas fontes, evidenciando a coexistência entre reconhecimento da autoridade informacional e resistência prática à vacinação.

Paralelamente, emergiu a atribuição de credibilidade a influenciadores digitais e figuras públicas, indicando que a autoridade cognitiva é frequentemente construída socialmente. Nesse processo, elementos como popularidade, visibilidade e carisma assumem papel central na legitimação das fontes, mesmo na ausência de respaldo científico formal. Esse deslocamento da autoridade evidencia a importância das dinâmicas sociais e simbólicas na avaliação da informação em ambientes digitais.

Os participantes também demonstraram ceticismo diante de fontes que comunicam exclusivamente os benefícios das vacinas. A ausência de menções a riscos ou efeitos adversos foi interpretada como falta de transparência, levando os entrevistados a questionar a confiabilidade dessas fontes. Nesse sentido, a percepção de equilíbrio informacional e reconhecimento da complexidade do tema emergiu como critério relevante para a atribuição de credibilidade.

Outro achado significativo refere-se ao impacto das emoções nos processos decisórios. Medo, ansiedade e empatia atravessam a relação dos participantes com a informação, atuando como mediadores entre o conteúdo informacional e a ação. As emoções não aparecem como elementos periféricos, mas como componentes estruturantes da forma como as informações são interpretadas e incorporadas às decisões sobre vacinação.

Observou-se ainda a adoção de práticas de validação cruzada e triangulação informal, nas quais os participantes recorrem a múltiplas fontes como mecanismos de busca, redes sociais e ferramentas de inteligência artificial na tentativa de confirmar informações. No entanto, a multiplicidade de conteúdos disponíveis frequentemente resulta em sobrecarga informacional e ampliação da incerteza. Um padrão emergente nesse contexto foi o uso da inteligência artificial conversacional como instância final de validação, cujas respostas variavam conforme a formulação das perguntas, reproduzindo os enquadramentos cognitivos e crenças prévias dos próprios sujeitos.

Por fim, os dados evidenciam uma contradição persistente entre a confiança declarada em fontes oficiais e a recusa prática à vacinação. Mesmo quando instituições científicas e autoridades sanitárias são reconhecidas como confiáveis, experiências pessoais e sentimentos de insegurança tendem a prevalecer sobre a confiança racional, contribuindo para a manutenção da hesitação vacinal.

DISCUSSÃO

A triangulação informal, longe de fortalecer a confiança, ampliou as dúvidas, revelando que o excesso de informação pode desestabilizar certezas e prolongar a hesitação vacinal. As falas indicam que, embora os participantes recorram a múltiplas fontes para validar o que veem nas redes, esse movimento não produz maior clareza, mas sim uma sobreposição de enunciados que competem entre si. Um dos entrevistados relatou que utiliza a inteligência artificial como etapa final de verificação — "Eu pergunto à minha IA ou ao ChatGPT porque ele dá respostas mais precisas do que as pessoas dizem" (E5) —, enquanto outro afirmou sentir-se "mais seguro perguntando à IA do que às pessoas, porque ela não mente" (E5). A IA é percebida como neutra e detalhada — "A IA me dá respostas detalhadas com fontes. Então acredito que esteja certa na maior parte do tempo" (E5) — o que reforça a crença de que a dúvida pode ser resolvida pela técnica.

No entanto, essa confiança é paradoxal: as respostas variam conforme a formulação das perguntas — "Às vezes, a forma como você pergunta muda o que a IA responde" (E5) —, fazendo com que a coerência aparente das respostas reforce percepções já existentes em vez de produzir consenso. Assim, a multiplicação de fontes e o uso da IA como mediadora final de checagem não conduzem à adesão à vacinação, mas à suspensão permanente da decisão, pois cada nova busca pode gerar uma resposta distinta e, com ela, uma nova incerteza. Essa dinâmica evidencia como a sobrecarga informacional e a lógica algorítmica das plataformas digitais desestabilizam a confiança científica e consolidam um regime de hesitação, no qual a dúvida é continuamente mantida e retroalimentada (Bezerra, 2024).

Os resultados também evidenciam uma dependência de fontes percebidas como confiáveis, especialmente instituições oficiais e profissionais de saúde, ainda que essa confiança não se traduza necessariamente em adesão prática à vacinação. Um participante afirma: "Eu confio no CDC. Se o CDC diz que a vacina é segura, então eu acredito que ela seja segura" (E8). Essa fala ilustra a coexistência entre reconhecimento da autoridade institucional e resistência à ação, confirmando que a autoridade cognitiva pode ser aceita no plano discursivo sem produzir efeitos comportamentais diretos.

Paralelamente, observa-se a emergência de uma autoridade cognitiva socialmente construída, atribuída a pares, influenciadores e experiências compartilhadas em ambientes digitais. A legitimidade dessas fontes decorre menos de credenciais formais e mais da validação coletiva, como sintetiza a afirmação: "Alguém compartilhou a experiência dela online, e depois quatro outros usuários relataram a mesma coisa. Isso tornou aquilo real para mim" (E9). Esse processo confirma a proposição de Wilson (1983, 1997, 2016) de que a autoridade cognitiva é relacional e situada, sendo produzida por mecanismos sociais de reconhecimento.

A desconfiança em fontes que comunicam apenas aspectos positivos das vacinas emerge como outro critério central de avaliação informacional. A credibilidade é associada à percepção de transparência e equilíbrio discursivo, conforme expresso na fala: "Eu confio nela porque ela fala tanto dos benefícios quanto dos riscos" (E9). Tal achado reforça a compreensão de que qualidade informacional e confiança não estão vinculadas exclusivamente à positividade do conteúdo, mas à

capacidade da fonte de reconhecer incertezas, riscos e limites, em consonância com Rieh (2002) e Wilson (1983).

As emoções desempenham papel decisivo nesse processo. Mesmo quando a autoridade institucional é reconhecida, sentimentos de medo, insegurança e ansiedade interferem diretamente na tomada de decisão. Isso se expressa de forma clara quando um participante afirma: "Mesmo confiando no CDC, eu ainda me sinto insegura" (E2). Esse achado corrobora os estudos de Kuhlthau (1991, 1993), ao evidenciar que emoções não apenas acompanham a busca por informação, mas estruturam o modo como ela é interpretada e utilizada.

Outro aspecto relevante refere-se à validação cruzada e à triangulação informal. Embora os participantes relatem recorrer a múltiplas fontes institucionais como estratégia de verificação — "Eu comparo as informações do CDC com a FDA e o NIH" (E8) —, essa prática não garante convergência epistêmica. Ao contrário, em um ambiente saturado de conteúdos, a triangulação tende a reforçar enquadramentos prévios e a ampliar a incerteza, contribuindo para a manutenção da hesitação vacinal.

Por fim, destaca-se a contradição entre confiança declarada e prática efetiva, núcleo empírico do fenômeno analisado. A dissonância entre reconhecimento da autoridade científica e recusa à vacinação é explicitada na afirmação: "Eu confio no CDC, mas pessoalmente não tomei a vacina" (E7). Essa dissociação confirma que a hesitação vacinal não decorre da ausência de fontes confiáveis, mas da complexa articulação entre experiências pessoais, emoções, validação social e regimes informacionais digitais.

Nesse contexto, um achado emergente refere-se à consolidação da inteligência artificial conversacional como nova instância de autoridade cognitiva. Percebida como tecnicamente competente, neutra e detalhada, a IA foi mobilizada para validar crenças pessoais e conferir legitimidade às informações buscadas. Contudo, as respostas geradas variavam conforme a formulação das perguntas, reproduzindo os enquadramentos cognitivos dos próprios sujeitos. Programada para manter coerência e fluidez discursiva, a IA tende a acomodar percepções pré-existentes em vez de tensioná-las, confirmando a proposição de Wilson (1983) de que os indivíduos raramente verificam diretamente as informações, preferindo confiar em fontes percebidas como competentes. Assim, a IA opera como uma autoridade cognitiva derivada, atuando simultaneamente como fonte, filtro e espelho epistêmico (OpenAI, 2023; Ouyang *et al.*, 2022).

Esse cenário insere-se em um regime informacional (Bezerra, 2024) estruturado por algoritmos e atravessado pela lógica da pós-verdade, no qual a confiança é construída em sistemas que privilegiam o engajamento emocional em detrimento da precisão informacional (Araújo, 2024). Tal configuração amplia o conceito de autoridade cognitiva ao incluir mediadores sociotécnicos capazes de desempenhar papéis epistêmicos ativos, influenciando diretamente a formação do conhecimento e a tomada de decisão em contextos digitais contemporâneos.

Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, e7782 dez. 2025.
https://doi.org/10.18617/liinc. v21i1.7782

CONCLUSÃO

As análises apresentadas permitiram concluir que a confiança em fontes de informação sobre vacinas é um fenômeno multidimensional, socialmente construído e profundamente situado nas experiências cotidianas dos sujeitos. Observou-se que os participantes atribuem credibilidade tanto a autoridades científicas quanto a figuras sociais, guiando-se por critérios afetivos, relacionais e contextuais.

Constatou-se, ainda, que a hesitação vacinal não decorre da falta de informação, mas da maneira como esta circula e é apropriada em regimes de engajamento algorítmico, marcados pela sobrecarga informacional e pela lógica de visibilidade das plataformas digitais, que tendem a amplificar incertezas e enfraquecer a confiança científica (Bezerra, 2024). Tais dinâmicas são atravessadas por vieses cognitivos (Gonzaga, 2023) e por uma desordem comunicativa característica do contexto da pós-verdade (Araújo, 2024).

Um achado particularmente relevante diz respeito à emergência da inteligência artificial conversacional como mediadora da autoridade cognitiva. Embora percebida como neutra e tecnicamente competente, a IA reproduz os enquadramentos e vieses presentes nas perguntas dos usuários, atuando como um agente que confirma, mais do que questiona, crenças pré-existentes. Essa constatação reforça a necessidade de ampliar o conceito de autoridade cognitiva proposto por Wilson (1983), incorporando mediadores não humanos que participam ativamente da validação do conhecimento em ambientes digitais.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da desinformação requer abordagens integradas e interdisciplinares: comunicação científica acessível, políticas públicas sensíveis aos contextos socioculturais e atenção redobrada às plataformas digitais — incluindo os sistemas de IA — que moldam a visibilidade, a legitimidade e a circulação da informação na contemporaneidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que possibilitou a realização desta pesquisa na Rutgers University.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **Desinformação, pós-verdade e regimes de verdade na sociedade contemporânea**. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETSCH, C.; RENN, O.; BÖHM, R.; KORN, L.; HOLTGRAVE, D. R. Opportunities and challenges of Web 2.0 for vaccination decisions. **Vaccine**, [*s. l.*], v. 30, n. 25, p. 3727-3733, 2012.

BEZERRA, A. C. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, [*s. l.*], v. 5, p. 133-143, 1980.

CHATMAN, E. A. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s. l.*], v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996.

CHATMAN, E. A. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s. l.*], v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999.

GONZAGA, C. C. **Práticas informacionais em grupos antivacina do Telegram**: um estudo com sujeitos que não aderiram à vacinação contra COVID-19. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/72ad9fe7-ce20-402d-93f1-7a3f7e49fb59. Acesso em: 31 out. 2025.

HIRVONEN, N.; MULTAS, A.; NYGÅRD, T.; HUOTARI, M.. Cognitive authority: a scoping review of empirical research. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 76, n. 1, p. 155-192, 2025. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.24965.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s. l.*], v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

KUHLTHAU, C. C. A principle of uncertainty for information seeking. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 49, n. 4, p. 339–355, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Report of the SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy**. Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-IVB-14.04. Acesso em: 31 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Ten threats to global health in 2019. **World Health Organization**, Geneva, 2019. Disponível em: https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019. Acesso em: 31 out. 2025.

OPENAI. **GPT-4 Technical Report**. [*S. l.*: *s. n.*], 2023. Disponível em: https://cdn.openai.com/papers/gpt-4.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

OUYANG, L.; WU, J.; JIANG, X.; ALMEIDA, D.; WAINWRIGHT, C. L.; MISHKIN, P.; ZHANG, C.; AGARWAL, S.; SLAMA, K.; RAY, A.; SCHULMAN, J.; HILTON, J.; KELTON, F.; MILLER, L.; SIMENS, M.; ASKELL, A.; WELINDER, P.; CHRISTIANO, P. F.; LEIKE, J.; LOWE, R.. Training language models to follow instructions with human feedback. **arXiv**, [*s. l.*], 4 mar. 2022. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2203.02155. Acesso em: 31 out. 2025.

OXFORD DICTIONARIES. Word of the Year 2016: post-truth. **Oxford University Press**, 2016. Disponível em: https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/. Acesso em: 31 out. 2025.

RIEH, S. Y.. Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 53, n. 2, p. 145-161, 2002.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of "way of life." **Library & Information Science Research**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

TANUS, G. F. S. C.; BERTI, I. C. L. W.; ROCHA, J. A. P. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, p. 146-166, 2022.

WILSON, P. **Second-hand knowledge**: An inquiry into cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

WILSON, P. Information behavior: An interdisciplinary perspective. **Information Processing & Management**, [*s. l.*], v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

WILSON, P. Cognitive authority and information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [*s. l.*], v. 67, n. 7, p. 1515-1522, 2016.